

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 236.447 - MG (2012/0207042-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : ADRIAN GABRIEL GRIGORCEA  
**OUTRO NOME** : ADRIAN GABRIEL GRICORCEA  
**ADVOGADO** : HUDSON DE OLIVEIRA CAMBRAIA - MG124665  
**AGRAVANTE** : ANDRE LUIZ BARTOLOMEU DA SILVA  
**ADVOGADOS** : RAUL FERNANDO ALMADA CARDOSO E OUTRO(S) -  
MG106799  
RODRIGO OTÁVIO DE LARA RESENDE E OUTRO(S) -  
MG088642  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ADRIAN GABRIEL GRICORCEA contra a decisão proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu seu recurso especial fundado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

Depreende-se dos autos que o agravante e outros réus foram pronunciados *"como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos III, IV e V, do art. 158, caput, do art. 211, caput, todos por duas vezes (não tipificadas, mas clara e suficientemente descritas na denúncia), bem como do art. 288, parágrafo único, na forma do artigo 29, todos do Código Penal"* (e-STJ fl. 2.963).

O Tribunal de origem negou provimento aos recursos dos réus. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 3.231):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PRONÚNCIA - HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO - PRELIMINAR - INÉPCIA DA DENÚNCIA - NÃO CARACTERIZAÇÃO - INTERVENÇÃO DE ADVOGADO DE CORRÊU NO PROCESSO DESMEMBRADO - INDEFERIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - MÉRITO - MATERIALIDADE CEDIÇA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA NESTA FASE PROCESSUAL - CRIMES CONEXOS - COMPETÊNCIA DO JÚRI - RECURSOS NÃO PROVIDOS. I - Não contém o vício da inépcia a denúncia que descreve fatos que, em tese, configuram o delito descrito na regra penal típica, com observância plena do que preceitua o art. 41 do CPP, e oferece

condições para o pleno exercício do direito de defesa. II - Em processo desmembrado, o fato de o juiz ter impedido a intervenção de advogado de réu que não é parte naquele processo no interrogatório e audiência ali realizados não constitui nulidade, pois mesmo sendo único o crime e uma só denúncia, são dois processos distintos, com colheita de provas independentes, em que o juiz deverá fundamentar sua decisão nas provas colhidas em cada processo. III - Para o decreto de pronúncia, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, basta que o juiz se convença da existência do crime e indícios suficientes de autoria. Nesta fase, prevalece o princípio *in dubio pro societate*, isto é, ainda que haja dúvida, mínima que seja, a questão deve ser remetida ao tribunal do júri, originalmente competente para a decisão final. IV - Na fase de pronúncia, não cabe ao magistrado, ao elaborar o juízo de admissibilidade da acusação, referentemente aos crimes dolosos contra a vida, analisar se é procedente ou não a imputação feita pelo órgão acusatório no tocante ao delito conexo.

Os embargos de declaração opostos contra esse acórdão foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustenta violação ao art. 619 do Código de Processo Penal, bem como dissídio jurisprudencial acerca da interpretação desse dispositivo. Alega que o acórdão recorrido não acolheu a omissão apontada em embargos de declaração. Defende contrariedade ao art. 261 do CPP e divergência a respeito dessa norma. Alega a configuração de nulidade absoluta por violação à ampla defesa, em razão da ausência de defesa do anterior defensor, dativo. Por fim, alega afronta aos arts. 13 e 121, § 2º, III, IV e V, do Código Penal e 239, 261 e 413, § 1º, do CPP, bem como dissídio jurisprudencial a respeito. Aduz que *"não há nos autos, muito menos consta da pronúncia ou do v. acórdão recorrido, qualquer elemento que indique a execução ou o mando do homicídio por parte do RECORRENTE"* (e-STJ fl. 3.316). Ao final, requer a anulação do processo desde seu interrogatório ou sua despronúncia.

Contrarrazões às e-STJ fls. 3.499/3.505.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 3.627/3.632).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre esclarecer que *"o recurso especial que indica a violação do art. 619 do CPP sem especificar a tese que deixou de ser analisada no acórdão recorrido, é deficiente em sua fundamentação e atrai a aplicação do óbice da Súmula n. 284 do STF"* (REsp n. 1.299.021/SP, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 14/2/2017, DJe de 23/2/2017). É o caso dos autos.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **VIOLAÇÃO AOS ARTS. 619 E 620, AMBOS DO CPP. NÃO INDICAÇÃO DE OMISSÃO NO ARESTO OBJURGADO.** FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. OFENSA AO ART. 90 DA LEI Nº 8.666/93. FRUSTRAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. (I) - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO AO ERÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. (II) - ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**1. Aplicável o enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal quando o recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal, não indica precisamente as razões jurídicas pelas quais considerou violada a norma.**

2. "Diversamente do que ocorre com o delito previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/1993, o art. 90 desta lei não demanda a ocorrência de prejuízo econômico para o poder público, haja vista que o dano se revela pela simples quebra do caráter competitivo entre os licitantes interessados em contratar, ocasionada com a frustração ou com a fraude no procedimento licitatório. De fato, a ideia de vinculação de prejuízo à Administração Pública é irrelevante, na medida em que o crime pode se perfectibilizar mesmo que haja benefício financeiro da Administração Pública". (REsp 1484415/DF, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 22/02/2016)

3. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver, condenar ou desclassificar a imputação feita ao acusado, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 798.531/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS

MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018, grifei.)

Logo, não se conhece do recurso especial pela alegada omissão.

Sobre a existência de prova da materialidade e de indícios de autoria, assim motivou o acórdão recorrido (e-STJ fls. 3.247/3.255):

Inicialmente, quanto ao pleito de absolvição sustentado pela nobre defesa do réu Adrian, sob a alegação de que inexistem provas ou indícios nos autos de que ele seja o autor do delito, tenho que razão alguma lhe socorre.

É que, conforme se depreende das motivações recursais deste apelante, o que se pretende, na verdade, é a despronúncia e, não, a absolvição sumária, hipótese esta aplicável somente quando existente nos autos causas de excludente de antijuridicidade ou isenção de pena, o que não ocorre, absolutamente, no caso em julgamento.

De todo modo, o pleito de despronúncia feito pelos réus não procede.

A materialidade delitiva vem positivada por vários documentos juntados nos quinze volumes, dentre eles destaca-se, nesta oportunidade, o boletim de ocorrência de encontro dos cadáveres em Nova Lima (fls. 68/70), autos de apreensão (fls. 163/164), laudo imuno-hematológico acerca de sangue no apartamento (fls. 235/236), laudo de vistoria e luminol no apartamento (fls. 237/248), laudo de vistoria e luminol nos veículos apreendidos (fls. 254/261), laudos de DNAs das vítimas (fls. 284/287, 293/296 e 300/302), laudo de degravação de câmeras localizadas em agências bancárias (fls. 734/749), laudo de levantamento do local onde os cadáveres foram encontrados (fls. 750/782), e laudo de necropsia das duas vítimas (fls. 970/996).

No tocante à autoria, há suficientes indícios da participação dos recorrentes nos fatos criminosos para, até então, submetê-los ao júri.

A denunciada Gabriela Corrêa Ferreira da Costa, ouvida na Delegacia, foi corajosa e categórica ao descrever os fatos. Relevante, para o presente processo - principalmente na fase em que se encontra - é a citação do nome dos três ora recorrentes e a respectiva participação deles no episódio, senão vejamos:

[...]

O próprio increpado Adrian, um dos ora recorrentes, ouvido na sede policial, descreveu os fatos com muita propriedade, esmiuçando os detalhes ocorridos nos dias que circundaram todo o ocorrido. Por ser de suma importância para a manutenção da r. sentença de pronúncia, trago à baila trechos de suas declarações:

[...]

Por sua vez, o também recorrente Arlindo apresentou sua versão presencial sobre os fatos, não deixando de citar o nome dos envolvidos André e Adrian:

[...]

Judicialmente, algumas testemunhas contribuíram para a elucidação dos fatos, destacando-se Márcio Henrique Macedo de Paula (fls. 2360/2368), Larissa Gricorcea (fls. 2369/2373) e Cristian Ribeiro Oliveira (fls. 2382/2388), além do próprio réu Arlindo, o qual, em Juízo, apresentou importantes declarações (fls. 2582/2598).

Ora, do grande arcabouço probatório, vê-se, de fato, que os três recorrentes teriam participado ativamente dos dois crimes de homicídio, em parceria com outros réus.

Mister se faz deixar ao alvedrio do júri a análise valorativa de tudo o que nos autos está contido, a fim de balizar a decisão do MM. Juiz. Qualquer manifestação da Segunda Instância, nesta seara, acerca da rica prova testemunhai e circunstancial, seria indevidamente prematura.

Como é cediço, a lei exige, para o juízo provisório da pronúncia, somente indícios suficientes de autoria, desde que satisfatoriamente comprovada a materialidade do delito. satisfatoriamente comprovada a materialidade do delito. Nesta fase do procedimento criminal, não há falar em condenação ou absolvição, pois o objetivo da sentença de pronúncia é o de reconhecer e declarar a competência do Júri, balizando os termos da acusação. Por conseguinte, a despronúncia só deve ser decretada quando não existir pleno conhecimento do delito ou se não há indícios suficientes de ter sido o acusado o autor ou cúmplice do fato criminoso.

Necessário insistir que, para o decreto de pronúncia, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, basta que o juiz se convença da existência do crime e indícios suficientes de autoria, tendo em vista prevalecer, nesta fase, o princípio do in dubio pro societate, isto é, havendo dúvida, mínima que seja, a questão deve ser remetida ao tribunal do júri, originalmente competente para a decisão final.

[...]

Portanto, havendo indícios mais do que suficientes - nesta fase - de terem os recorrentes Adrian, Arlindo e André participado dos crimes de homicídios, deve-se manter a pronúncia deles, incumbindo tão-somente ao Conselho de Sentença a decisão sobre o meritum causae.

Verifica-se que o Tribunal de origem concluiu haver indícios suficientes da autoria do recorrente mediante análise coerente das provas dos autos.

Na hipótese, é inviável infirmar tal premissa, de modo a despronunciar o

recorrente, sem o efetivo revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice prescrito pela Súmula n. 7/STJ.

A propósito, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA EVIDENCIADOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 155 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Constitui a sentença de pronúncia no reconhecimento da justa causa para o julgamento pelo júri, com a presença de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e de indícios de autoria, não representando juízo de procedência da culpa.

2. Nos termos do entendimento jurisprudencial desta Corte, admite-se que a pronúncia do acusado seja fundamentada em elementos colhidos em fase inquisitorial, pois possui conteúdo meramente declaratório e não configura juízo de certeza" (AgRg nos EDcl no AgRg no AREsp 1256925/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 21/11/2018).

**3. Concluindo as instâncias ordinárias pela existência de indícios suficientes para embasar o juízo de pronúncia, a revisão do entendimento exigiria revolvimento aprofundado da prova, vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.**

4. Assentado no acórdão que as provas teriam sido colhidas na fase inquisitorial bem como sob o crivo do contraditório, a pretendida revisão do julgado exigiria reexame fático-probatório, insuscetível na via do especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1.470.880/MA, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 24/10/2019, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SUFICIENTES PARA EMBASAR A PRONÚNCIA. 2) REVER ESSE ENTENDIMENTO DEMANDA INCURSÃO NA SEARA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. 3) NA FASE DE PRONÚNCIA, QUE CARACTERIZA MERO JUÍZO DA ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO, É ADMISSÍVEL QUE OS INDÍCIOS DE AUTORIA DECORRAM DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS COLHIDOS DURANTE A FASE INQUISITORIAL. 4) VIOLAÇÃO AO ART. 5º, INCISOS

LIV E LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CF. INOVAÇÃO RECURSAL. DESCABE, EM RECURSO ESPECIAL A ANÁLISE DE VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. 5) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não há que se falar em violação ao art. 155 do Código de Processo Penal, uma vez que as instâncias ordinárias, com base no acervo probatório dos autos, entenderam existente prova da materialidade e indícios de autoria delitiva imprescindíveis à pronúncia.

**2. Para se concluir de forma diversa do entendimento consignado pelas instâncias ordinárias, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".**

3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, na fase de pronúncia, que configura mero juízo da admissibilidade da acusação, é admissível que os indícios de autoria imprescindíveis à pronúncia decorram dos elementos probatórios colhidos durante a fase inquisitorial. Precedentes.

4. A complementação da fundamentação deficiente em sede de agravo regimental não tem o condão de sanar o vício contido nas razões do recurso especial em decorrência da inovação recursal vedada em razão da preclusão consumativa. Ademais, descabe em recurso especial, bem como em agravo regimental decorrente dele, a análise de violação a dispositivos e princípios constitucionais, pois esta análise compete ao Supremo Tribunal Federal - STF.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.530.763/GO, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 25/10/2019, grifei.)

Nesse ponto, também não se conhece do recurso especial.

Sobre a alegada deficiência da defesa, consignou o acórdão recorrido (e-STJ fls. 3.244/3.245):

Noutro norte, descabida a nulidade processual arguida, sob a alegação de ter ficado o increpado Adrian indefeso.

Como se vê em vários atos processuais, o réu foi devidamente assistido por advogado, inclusive em seu interrogatório judicial, oportunidade em que prestou todas suas declarações de forma segura.

Ora, não houve, analisando todos os atos praticados pelo profissional à época, qualquer um que pudesse autorizar a afirmativa de estar o réu indefeso, ou que a defesa tenha sido deficiente. Ao contrário. Se isto,

por si, só, não bastasse para rejeitar a prefacial ericada, ressalta-se que o ora peticionário, através de causídico diverso, não comprovou qual teria sido o prejuízo decorrente daquele munus.

Como se vê, em momento algum deixou o acusado de ser assistido por advogado, não havendo que se falar em ausência de defesa.

Saliento, ainda, que eventual deficiência no patrocínio da defesa pelo advogado que atuou no feito somente ensejaria a anulação do processo caso restasse escorreitamente provada a ocorrência de prejuízo ao acusado, o que, in casu, como dito, não aconteceu.

A propósito:

[...]

Assim, rejeita-se.

Nos moldes do que preconiza o art. 563 do Código de Processo Penal, não se declara a nulidade de ato processual sem que haja efetiva demonstração de prejuízo, em observância ao princípio *pas de nullité sans grief*.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. INTERROGATÓRIO. NULIDADE. NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO AUDIOVISUAL DISPONÍVEL. ART. 405, § 1.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO. PRECLUSÃO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. É certo que apesar de o art. 405, § 1.º, do Código de Processo Penal, não impor a obrigatoriedade do sistema técnico de gravação em audiência, sendo possível o registro audiovisual dos referidos atos, o texto legal expressamente prioriza sua utilização, não sendo facultado ao Magistrado processante optar por outro método.

2. Contudo, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior é uníssona no sentido de que, tanto nos casos de nulidade relativa quanto nos casos de nulidade absoluta, o reconhecimento de vício que enseje a anulação de ato processual exige a efetiva demonstração de prejuízo, devendo a parte prejudicada suscitar-lo na primeira oportunidade de se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.

3. No caso, além de não restar demonstrada a ocorrência de prejuízo concreto à Defesa, não houve nenhuma irrisignação sobre a alegada nulidade antes da sentença penal condenatória, impondo-se, portanto, o reconhecimento da preclusão.

4. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 520.233/RJ, relator Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 28/10/2019.)



Contudo, na hipótese, o recorrente não demonstrou precisamente o prejuízo decorrente da defesa exercida pelo advogado dativo.

Importa ressaltar que, "*na esteira do que tem decidido essa Eg. Corte Especial, não há nulidade por não ter o recorrente participado do interrogatório de corréu, pois não há obrigatoriedade da sua presença nesse ato que, nos termos do art. 191 do CPP, é realizado separadamente para cada réu. Ademais, no processo penal, vige o princípio pas de nullité sans grief, segundo o qual somente se declara a nulidade de um ato se em sua decorrência resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa, o que não restou demonstrado na espécie. Precedentes.*" (AgRg no AgRg no AREsp 546.448/PE, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 28/2/2018)" (RHC n. 104.462/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 21/5/2019, DJe de 3/6/2019).

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator